

## SUMÁRIO

<b>Capítulo 1 – Introdução</b> .....	17
1.1 <i>Objeto da investigação</i> .....	18
1.2 <i>Delimitação do objeto</i> .....	20
1.3 <i>Plano de investigação</i> .....	23
<b>Capítulo 2 – A Concepção Contemporânea dos Contratos de Concessão</b> .....	27
2.1 <i>A evolução histórica dos contratos de concessão</i> .....	28
2.2 <i>Os contratos de concessão contemporâneos: sua nova configuração e relação direta com a mutabilidade</i> .....	32
2.2.1 <i>A dimensão regulatória dos contratos de concessão</i> .....	33
2.2.1.1 <i>A margem de autonomia da regulação do contrato de concessão</i> .....	37
2.2.1.2 <i>A regulação por contrato e o grau de flexibilidade: uma breve comparação com o regime de autorização e regulação discricionária</i> .....	41
2.2.1.3 <i>A procedimentalização da mutabilidade na regulação do contrato de concessão</i> .....	44
2.2.2 <i>A alocação de riscos</i> .....	46
2.2.2.1 <i>A teoria das áleas e a evolução para alocação dos riscos</i> ...	46
2.2.2.2 <i>A alocação contratual dos riscos e a sua metodologia</i> ..	51
2.2.2.3 <i>As consequências de uma inadequada alocação contratual dos riscos</i> .....	57
2.2.2.4 <i>Os riscos e a mutabilidade endocontratual</i> .....	60
2.2.2.5 <i>A distinção entre risco e incerteza</i> .....	62
2.2.3 <i>A regulação de resultados nos contratos de concessão</i> .....	64
2.2.4 <i>A construção dialógica do contrato de concessão</i> .....	75
2.2.4.1 <i>Os instrumentos dialógicos e o contrato de concessão</i> .	79
2.2.4.2 <i>Os reflexos da concepção dialógica do contrato de concessão na mutabilidade</i> .....	85
2.2.5 <i>A concepção multilateral do contrato de concessão</i> .....	90
2.2.5.1 <i>A multilateralidade e a mutabilidade</i> .....	96
2.2.6 <i>Os contratos de concessão à luz da Análise Econômica do Direito</i> .....	100

2.2.6.1	A teoria dos contratos incompletos .....	101
2.2.6.1.1	A incompletude dos contratos de concessão e a mutabilidade .....	106
2.2.6.2	A teoria dos contratos relacionais .....	113
2.2.6.2.1	A natureza relacional dos contratos de concessão e a mutabilidade .....	118
2.2.6.3	As agências reguladoras e os contratos de concessão incompletos e relacionais .....	124
2.2.6.3.1	A regulação por contrato e a regulação por agência .....	124
2.2.6.3.2	A função interpretativa e integrativa da agência nos contratos de concessão incompletos e relacionais .....	129
2.2.6.3.3	As Agências Reguladoras como Poder Concedente e o problema decorrente da dupla regulação .....	137

<b>Capítulo 3 – A Mutabilidade e as Causas Tradicionais de Modificação dos Contratos de Concessão .....</b>	<b>141</b>
3.1 <i>Uma contextualização inicial da mutabilidade: histórico e fundamentos</i> ....	142
3.2 <i>O ius variandi</i> .....	146
3.2.1 <i>A reponderação do interesse público</i> .....	150
3.2.2 <i>A procedimentalização do ius variandi</i> .....	153
3.3 <i>A teoria da imprevisão</i> .....	158
3.3.1 <i>A aplicação da teoria da imprevisão nos contratos de concessão</i> ...	166
3.3.2 <i>A imprevisão na previsão: a mutação de risco em incerteza</i> ....	170
3.4 <i>O fato do príncipe</i> .....	181
3.5 <i>O fato da Administração</i> .....	194
3.6 <i>As sujeições imprevistas</i> .....	197
3.7 <i>Caso fortuito e força maior (o exemplo da COVID-19)</i> .....	200
3.8 <i>As alterações bilaterais e as suas mais variadas causas</i> .....	204
3.9 <i>A renegociação nos contratos de concessão e o novo espaço ocupado pela Secex Consenso</i> .....	208
3.10 <i>As causas tradicionais de modificação dos contratos de concessão à luz da realidade contemporânea</i> .....	213
<b>Capítulo 4 – Equilíbrio Econômico-Financeiro dos Contratos de Concessão e a Mutabilidade .....</b>	<b>217</b>
4.1 <i>Aspectos conceituais do equilíbrio econômico-financeiro dos contratos de concessão</i> .....	218
4.2 <i>Equilíbrio econômico-financeiro e riscos</i> .....	228
4.3 <i>Equilíbrio, desequilíbrio e reequilíbrio nos contratos de concessão</i> ....	233

4.3.1	Desequilíbrio e reequilíbrio: completudes, incompletudes e aspectos procedimentais .....	235
4.3.2	Medidas e parâmetros para recomposição do reequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão .....	244
4.3.2.1	O plano de negócios .....	247
4.3.2.2	O Caso Base .....	249
4.3.2.3	A Taxa Interna de Retorno (TIR) .....	251
4.3.2.4	O Fluxo de Caixa Marginal .....	254
4.3.3	As medidas antecipatórias de preservação do equilíbrio econômico-financeiro .....	255
4.3.3.1	O reajuste .....	255
4.3.3.2	A revisão ordinária .....	258
4.4	<i>A importância do prazo na conformação do equilíbrio econômico-financeiro e sua delimitação temporal na lei e no contrato</i> .....	262
4.4.1	A prorrogação do prazo nos contratos de concessão: pressupostos, fundamentos e requisitos .....	267
4.4.2	A dilação do prazo como mecanismo de reequilíbrio econômico-financeiro nos contratos de concessão .....	275
4.4.3	A formalização da prorrogação do prazo .....	277
<b>Capítulo 5 – Limites Materiais à Mutabilidade dos Contratos de Concessão .....</b>		<b>281</b>
5.1	<i>O princípio da concorrência</i> .....	282
5.2	<i>O princípio da intangibilidade do objeto</i> .....	288
5.3	<i>O Direito Europeu e os parâmetros substantivos conformadores da mutabilidade: a proteção da concorrência na fase contratual</i> .....	290
5.3.1	As modificações que podem ser introduzidas sem nova licitação ...	293
5.3.1.1	As modificações que tenham sido previstas no edital ....	294
5.3.1.2	A modificação decorrente da necessidade de obras ou serviços adicionais .....	296
5.3.1.3	As modificações decorrentes da imprevisibilidade .....	298
5.3.1.4	As modificações subjetivas do cocontratante .....	301
5.3.1.5	As modificações que não sejam substanciais .....	304
5.3.2	As modificações de valor que podem ser introduzidas sem nova licitação .....	304
5.3.3	As modificações substanciais que não podem ser introduzidas sem nova licitação .....	305
5.3.3.1	As modificações substanciais que alterariam a regra do jogo .....	307
5.3.3.2	As modificações substanciais que alterariam o equilíbrio econômico-financeiro a favor do cocontratante .....	308
5.3.3.3	As modificações substanciais que alargam o âmbito da concessão .....	308

5.3.3.4	As modificações substanciais subjetivas .....	309
5.3.4	Reflexões sobre a regulação europeia da mutabilidade .....	310
5.4	<i>A mutabilidade no Direito Brasileiro e os limites materiais</i> .....	315
5.4.1	A ausência de uma regulação normativa sistêmica sobre mutabilidade nos contratos de concessão .....	315
5.4.2	A inexistência de limite de valor para a modificação dos contratos de concessão .....	317
5.4.3	O princípio da atualidade e sua vinculação com a mutabilidade	320
5.4.3.1	A atualidade na vertente da incorporação de novas tecnologias .....	322
5.4.3.2	A atualidade na vertente da melhoria e da expansão do objeto .....	326
5.4.4	O controle procedimental dos limites materiais da mutabilidade ...	329
5.4.5	A alteração subjetiva e seus limites .....	330
5.4.5.1	A transferência do contrato de concessão e a transferência do controle acionário .....	331
5.4.5.2	O <i>step-in rights</i> e a assunção do controle acionário pelo financiador .....	338
<b>Capítulo 6 – Conclusões</b> .....		<b>345</b>
<b>Bibliografia</b> .....		<b>355</b>